06/08/2014 - Presidente da AEAMESP toma posse na 5ª gestão Conselho Nacional das Cidades e no Comitê de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

São Paulo, agosto de 2014 – O presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (AEAMESP), Emiliano Affonso Neto, tomou posse -como entidade eleita- para a 5ª gestão do Conselho Nacional das Cidades, para o triênio 2014/2016.

A eleição foi realizada em novembro de 2013, durante a 5ª Conferência Nacional das Cidades e a posse ocorreu durante a 41ª Reunião do Conselho Nacional das Cidades, que aconteceu no período de 23 a 25 de julho 2014, no Ministério das Cidades, em Brasília (DF).

A AEAMESP integra o segmento das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Conselhos de Classe e atua também no Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e de Mobilidade Urbana, que é uma instância preparatória dos debates no Conselho Nacional das Cidades.

Segundo Affonso Neto, durante a 41ª Reunião foi possível perceber o grande empenho de várias entidades preocupadas com a questão da mobilidade urbana. “Especificamente na reunião do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, da qual participaram os presidentes da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A (Trensurb), Humberto Kasper, do diretor-presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Pedro Gherardi Neto e do diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Morvam Cotrim Duarte, notei que há um campo fértil para que possamos avançar nas questões referentes à mobilidade urbana, com o envolvimento de órgãos do governo federal, de outras esferas de governo e da sociedade civil. Eu diria que há um ambiente positivo”, comentou.

De acordo com o presidente da AEAMESP, na gestão passada algumas resoluções do Conselho Nacional das Cidades não tiveram acompanhamento e que, naturalmente, será necessário reverter essa situação. No seu entender, se o Conselho toma uma decisão, deve se assegurar de que tal decisão produzirá consequências e, portanto, precisará acompanhar os desdobramentos daquela medida. “Quando assumimos uma responsabilidade como essa que temos diante do Conselho Nacional das Cidades e do Comitê, é preciso, sobretudo, ter clareza a respeito daquilo que queremos fazer. Devemos estabelecer foco em algumas questões, definir aonde chegar quanto a elas, e determinar como deverá ser a participação de cada entidade e como cada um poderá ajudar”, explica.

Affonso Neto conta que, no encontro de julho, o ministro das Cidades, Gilberto Occhi, assumiu o compromisso de limpar a agenda, ou seja, ver as resoluções que não foram assinadas e tomar providências a respeito. A resolução referente ao Pacto Nacional da Mobilidade Urbana, que havia sido aprovada em outubro de 2013 e reformulada em março de 2014, foi assinada no último dia desta reunião do Conselho, 25 de julho. “Foi um passo, mas nada justifica tamanha demora para oficializar uma decisão do Conselho Nacional das Cidades”, desabafa.

Outro aspecto importante foi o debate a respeito da necessidade de preparar tecnicamente recursos humanos para o setor de transporte público como um todo, incluindo o setor metroferroviário. Nas últimas décadas, a falta de prioridade para o transporte público estabeleceu uma lacuna na formação de pessoal para o setor – em nível técnico e em nível superior – e essa falha precisa ser sanada. É preciso atrair parceiros na esfera privada e na esfera pública, contar com universidades e também garantir recursos federais para financiar a formação de pessoal especializado.

Durante a reunião do Comitê, o presidente da AEAMESP levantou uma questão que diz respeito ao tratamento normalmente dispensado ao transporte sobre trilhos em comparação com outros modos de transporte. Muitas vezes, os sistemas sobre trilhos são acusados de serem caros, e que outros modos de transporte podem ser implantados e operados a um custo menor. Bem, os sistemas sobre trilhos envolvem a implantação e manutenção de toda a infraestrutura, como a via, as estações, a sinalização, também a prestação de serviços cruciais, como controle e segurança. Por outro lado, sabemos que os proprietários de automóveis adquirem seus veículos, mas a sociedade como um todo ajuda a pagar o investimento de implantação e os custos de manutenção da infraestrutura e dos serviços destinados ao transporte individual, como vias, sinalização, iluminação, fiscalização.

Grandes cidades não podem proporcionar mobilidade urbana sem os sistemas metroferroviários

A sociedade também paga parte dos custos dos sistemas de transporte público por ônibus, em especial, a implantação e manutenção de vias, pontos de parada, terminais, sem falar a segurança pública. Os custos que são naturalmente externos a outros modos de transporte são internalizados no caso dos sistemas sobre trilhos. Decidimos criar no Comitê de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana um grupo de estudo sobre esse tema, para que o próprio governo e a sociedade passem a entender melhor tais diferenças e passem a defender a participação dos trilhos na matriz de transporte urbano no País. Definitivamente, grandes cidades não podem proporcionar mobilidade urbana sem os sistemas metroferroviários.
Para Affonso Neto, o rigor empregado quanto aos projetos de transporte público não é sequer considerado quando se trata do transporte individual. Quando é implantado um sistema de transporte público, em especial os sistemas sobre trilhos, exigem-se contrapartidas e medidas mitigatórias para compensar eventuais danos ambientais. “Concordamos com o rigor, mas precisamos deixar bem claro que o transporte público faz parte das soluções ambientais; é uma forma de refrear a poluição, reduzir tempos de viagem, e melhorar a vida dos cidadãos”.

Sobre a AEAMESP - Fundada em 14 de setembro de 1990, a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (AEAMESP) é uma entidade sem fins lucrativos que agrega engenheiros, arquitetos, geólogos e outros profissionais de nível superior, devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREAs. A entidade tem por objetivo valorizar, difundir e representar a tecnologia metroferroviária, em todas as suas modalidades, nacional e internacional, promovendo a qualidade técnica de seus associados, bem como representá-los perante empresas, órgãos e institutos da comunidade científica e tecnológica, em assuntos dessa natureza. Há 24 anos a AEAMESP tem defendido o contínuo desenvolvimento da tecnologia metroferroviária e investimentos permanentes em redes estruturadoras de transporte público, em especial os sistemas sobre trilhos, que são estratégicos para todo o País, por reduzirem os custos e aumentarem a competitividade dos principais centros urbanos, dinamizando a economia como um todo.

Digital Assessoria Comunicação Integrada